



10º Simulado Especial

INSS

Técnico Do Seguro Social
Pré-Edital

Caderno de Prova

Nome: _____

INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO

- 1 - Este simulado conta com questões focadas no concurso **INSS**, cargo de **Técnico do Seguro Social**;
- 2 - A prova contém itens que abordam conhecimentos cobrados no edital do concurso;
- 3 - As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca organizadora;
- 4 - A participação no ranking classificatório só será permitida até o horário de liberação do gabarito;
- 5 - O link para preencher o formulário com seu gabarito está localizado logo após estas instruções;

PREENCHA SEU GABARITO

Clique no link, ou copie e cole no seu navegador, para preencher seu gabarito.

<https://forms.gle/wZmNJgk66ZZQG4s8>

01 - CE	16 - CE	31 - CE	46 - CE	61 - CE	76 - CE	91 - CE	106 - CE
02 - CE	17 - CE	32 - CE	47 - CE	62 - CE	77 - CE	92 - CE	107 - CE
03 - CE	18 - CE	33 - CE	48 - CE	63 - CE	78 - CE	93 - CE	108 - CE
04 - CE	19 - CE	34 - CE	49 - CE	64 - CE	79 - CE	94 - CE	109 - CE
05 - CE	20 - CE	35 - CE	50 - CE	65 - CE	80 - CE	95 - CE	110 - CE
06 - CE	21 - CE	36 - CE	51 - CE	66 - CE	81 - CE	96 - CE	111 - CE
07 - CE	22 - CE	37 - CE	52 - CE	67 - CE	82 - CE	97 - CE	112 - CE
08 - CE	23 - CE	38 - CE	53 - CE	68 - CE	83 - CE	98 - CE	113 - CE
09 - CE	24 - CE	39 - CE	54 - CE	69 - CE	84 - CE	99 - CE	114 - CE
10 - CE	25 - CE	40 - CE	55 - CE	70 - CE	85 - CE	100 - CE	115 - CE
11 - CE	26 - CE	41 - CE	56 - CE	71 - CE	86 - CE	101 - CE	116 - CE
12 - CE	27 - CE	42 - CE	57 - CE	72 - CE	87 - CE	102 - CE	117 - CE
13 - CE	28 - CE	43 - CE	58 - CE	73 - CE	88 - CE	103 - CE	118 - CE
14 - CE	29 - CE	44 - CE	59 - CE	74 - CE	89 - CE	104 - CE	119 - CE
15 - CE	30 - CE	45 - CE	60 - CE	75 - CE	90 - CE	105 - CE	120 - CE

SIMULADO NO SISTEMA DE QUESTÕES

Clique no link, ou copie e cole no seu navegador, para fazer este simulado também no SQ!

<https://coruja.page.link/dkoS>

PORTUGUÊS*Suellen Borges*

Texto CG1A1

Ressignificando a Velhice: O Projeto de Ser na Terceira Idade

O envelhecimento é uma realidade central da sociedade ocidental contemporânea, cujo significado tem sido constantemente transformado ao longo da história. Dados do Censo de 2022 apontam que a população com 65 anos ou mais cresceu 57,4% em apenas 12 anos, evidenciando que esta é a faixa etária com maior expansão demográfica no Brasil. Apesar desse crescimento e dos avanços legislativos, como o Estatuto do Idoso (2003), a velhice ainda é frequentemente estigmatizada por discursos que a associam exclusivamente ao adoecimento, à solidão e à morte.

À luz da teoria fenomenológica existencial de Jean-Paul Sartre, a velhice deve ser compreendida não apenas como um declínio biológico, mas como uma dimensão da existência. O conceito central para essa análise é o "projeto de ser" ou projeto existencial, que representa a totalidade das escolhas feitas pelo sujeito ao longo de sua vida. Para o existencialismo, o ser humano é um constante "vir-a-ser", e o sentido da vida é construído pelas escolhas que o indivíduo faz enquanto se lança no mundo. Portanto, o idoso não deve ser visto como um projeto concluído, pois essa totalização só se encerra com a morte.

No entanto, a sociedade capitalista moderna tende a objetificar o idoso, reduzindo-o a uma condição de obsolescência após o fim de suas atividades laborais. O "olhar do outro" muitas vezes fixa a pessoa idosa em uma imagem de passividade e improdutividade. Essa visão ignora que a liberdade é ontológica; o indivíduo é "condenado a ser livre" até o fim, possuindo a capacidade de resignificar sua existência mesmo diante das limitações físicas e da proximidade da finitude.

Para romper com a existência alienada, é fundamental que o idoso receba uma atenção integrativa que considere sua singularidade, sua história de vida e seu contexto social. Políticas públicas e o apoio familiar são essenciais para promover o envelhecimento ativo,

incentivando a participação em atividades culturais, educativas e sociais que combatam o isolamento. Ressignificar a velhice implica, portanto, reconhecer que as limitações biológicas são "atravessamentos" e não impedimentos para a continuidade de um projeto de vida autêntico e engajado.

Fonte:

https://www.unipar.br/documentos/1380/Ressignificando_a_velhice_um_reencontro_ao_projeto_de_ser_na_terceira_idade.pdf Acesso em fevereiro de 2026 (ADAPTADO)

Com relação aos sentidos e aos aspectos linguísticos do texto CG1A1, julgue os itens a seguir:

1. No primeiro parágrafo, infere-se que o crescimento demográfico da população idosa no Brasil, embora expressivo, não foi acompanhado pela erradicação completa do preconceito social contra essa faixa etária.
2. O trecho "Ressignificar a velhice implica, portanto, reconhecer que..." poderia ser reescrito, sem prejuízo da correção gramatical e do sentido original do texto, como "Ressignificar a velhice implica, portanto, em reconhecer que..."
3. O emprego do sinal indicativo de crase em "à solidão e à morte", no primeiro parágrafo do texto, justifica-se pela regência do verbo "associam" e pela presença de artigo definido feminino.
4. No segundo parágrafo, de acordo com a perspectiva de Jean-Paul Sartre, a velhice deve ser compreendida como um projeto existencial já concluído, visto que o indivíduo atingiu a fase final de sua vida biológica.
5. No segundo parágrafo, o termo "vir-a-ser" é utilizado para indicar uma condição estática, mas mutável do sujeito idoso.

6. No terceiro parágrafo, o pronome "o" em "reduzindo-o" exerce a função de complemento direto e retoma anaforicamente o substantivo "idoso".
7. No terceiro parágrafo, a correção gramatical e os sentidos originais do texto seriam preservados caso o trecho "a sociedade capitalista tende a objetificar o idoso, reduzindo-o a uma condição de obsolescência" fosse reescrito da seguinte forma: o sistema capitalista demonstra propensão a converter o idoso em objeto, rebaixando-o a um estado de desuso.
8. A forma "No entanto", no terceiro parágrafo, introduz uma oração com valor conclusivo em relação à ideia de que a sociedade objetifica o idoso.
9. De acordo com o texto, a sociedade capitalista moderna valoriza a pessoa idosa por sua experiência, integrando-a ao sistema produtivo após a aposentadoria.
10. A expressão "condenado a ser livre", no terceiro parágrafo, refere-se à ideia de que a liberdade é uma condição intrínseca (ontológica) do ser humano, a qual ele não pode renunciar enquanto existir.
11. No segundo parágrafo, a expressão "À luz da", utilizada para introduzir uma base teórica, pode ser substituída, sem prejuízo de sentido ou correção gramatical, por "Segundo à" ou "Conforme à".
12. O texto sugere que a "atenção integrativa" é o caminho para que o idoso recupere uma "existência não alienada", valorizando sua singularidade e história de vida.

13. No quarto parágrafo, o termo "atravessamentos" é empregado para descrever as limitações biológicas como obstáculos intransponíveis que impedem a continuidade do projeto de vida na velhice.

14. No primeiro parágrafo, a palavra "estigmatizada" possui, no contexto, o sentido de "chancelada" pela sociedade contemporânea.

15. Considerando a organização geral das ideias, o texto classifica-se predominantemente como dissertativo-argumentativo, pois defende uma tese sobre a ressignificação da velhice com base em fundamentação teórica e dados.

RACIOCÍNIO LÓGICO-MATEMÁTICO

Carlos Henrique

16. Considere a afirmação:

"Se o segurado apresentou todos os documentos exigidos, então o benefício foi concedido."

A negação lógica dessa afirmação é:

"O segurado apresentou todos os documentos exigidos ou o benefício não foi concedido."

17. A proposição

$$p \rightarrow (q \vee r)$$

é logicamente equivalente a

$$(p \rightarrow q) \vee (p \rightarrow r)$$

18. Considere a proposição:

$$\forall x(P(x) \rightarrow Q(x))$$

A negação lógica dessa proposição é:

$$\exists x(\neg P(x) \wedge \neg Q(x))$$

19. A proposição $\forall x \exists y R(x, y)$ é equivalente a $\exists y \forall x R(x, y)$

20. Uma comissão será formada com 3 servidores dentre 4 técnicos e 3 analistas. O número de comissões com pelo menos 2 analistas é igual a 13.

21. Durante um procedimento de monitoramento interno, a chance de uma transação ser selecionada para verificação é proporcional ao seu valor financeiro. Em determinado dia, foram registradas cinco transações nos valores de: R\$ 2 mil, R\$ 3 mil, R\$ 5 mil, R\$ 7 mil e R\$ 13 mil. Com base exclusivamente nessas transações, a probabilidade de a transação de R\$ 13 mil não ser selecionada é igual a $\frac{13}{30}$.

22. Em uma agência:

- 90 segurados utilizaram atendimento presencial (P);
- 70 utilizaram atendimento telefônico (T);
- 40 utilizaram ambos.

O número de segurados que utilizaram pelo menos um dos dois canais é igual a 120.

ÉTICA NO SERVIÇO PÚBLICO

Antônio Daud

Tomando por base as normas éticas aplicáveis ao servidor do Poder Executivo Federal, julgue os itens a seguir.

23. A dignidade, o decoro e o zelo são primados maiores que devem nortear o servidor público, mas sua observância é restrita ao exercício do cargo ou função, não havendo implicação sobre os atos de sua vida privada.

24. Ao servidor público é vedado alterar ou deturpar o teor de documentos que deva encaminhar para providências, ainda que a alteração visasse acelerar o andamento do processo e atender ao princípio da eficiência.

25. A aplicação da pena de censura a um servidor público é de competência da comissão de ética do órgão ou entidade em que atua, e sua fundamentação deve constar em parecer assinado por todos os seus integrantes, com a devida ciência do faltoso.

26. Os membros da Comissão de Ética Pública (CEP) são designados pelo Presidente da República para um mandato de três anos, não coincidentes, sendo permitida uma única recondução.

27. O processo de apuração de falta ética será instaurado, ou de ofício ou em razão de denúncia fundamentada, respeitando-se, sempre, as garantias do contraditório e da ampla defesa.

DIREITO ADMINISTRATIVO

Rodrigo Bet

28. À luz da Lei nº 9.784/1999, a decisão coordenada não se aplica aos processos administrativos de licitação, aos relacionados ao poder sancionador e àqueles em que estejam envolvidas autoridades de Poderes distintos.

29. Conforme o STF, são imprescritíveis as ações de ressarcimento ao erário fundadas na prática de ato doloso tipificado na Lei de Improbidade Administrativa.

30. Denomina-se ato imperfeito aquele que não completou o ciclo de formação ou que depende da edição de outro ato para se tornar exequível, como ocorre com atos ainda não publicados ou sujeitos à homologação por autoridade superior.

31. A Secretaria de Estado é um órgão integrante da Administração Direta, provida de personalidade jurídica própria, cuja criação e extinção dependem de lei.

32. O Estado responde objetivamente pelos danos causados, no exercício das funções, por tabeliães e registradores, sendo reconhecido o dever de regresso contra o responsável nos casos de dolo ou culpa, sob pena de improbidade administrativa.

33. As funções de confiança podem ser livremente atribuídas a qualquer pessoa, ainda que não seja ocupante de cargo efetivo, desde que destinadas ao exercício de atividades de direção, chefia e assessoramento.

34. A entidade da Administração Indireta, embora possua personalidade jurídica distinta do ente instituidor, encontra-se sujeita à supervisão ministerial, mas não à subordinação hierárquica direta ao Chefe do Executivo.

35. A atuação do servidor da vigilância sanitária ao interditar estabelecimento irregular configura exercício do poder disciplinar, uma vez que envolve a aplicação de sanção administrativa.

DIREITO CONSTITUCIONAL

Fábio Ramos

Considerando as disposições da Constituição Federal de 1988 (CF) e a jurisprudência do Supremo

Tribunal Federal (STF), julgue o item seguinte, relativo a noções de direito constitucional.

36. Somente por decisão judicial transitada em julgada poderá ser dissolvida uma associação.

Julgue os itens subsequentes, com relação aos direitos e garantias fundamentais.

37. Dani, americana e residente nos EUA, solteira, de vinte nove anos de idade, de passagem pelo Brasil para curtir o carnaval. Nessa situação hipotética, não obstante Dani não seja residente no Brasil, ela será titular de todos os direitos fundamentais sem distinção.

No que se refere aos direitos individuais e de nacionalidade, julgue o item seguinte.

38. Será considerada inata a nacionalidade de filho de pai estrangeiro, no Brasil, e sua esposa, também estrangeira, caso tiver nascido em território brasileiro não estando nenhum deles a serviço do seu país.

A luz das disposições da Constituição Federal de 1988 (CF) sobre princípios, direitos e garantias fundamentais, julgue o seguinte item.

39. Qualquer brasileiro é parte legítima para propor ação popular que vise à anulação de ato lesivo ao patrimônio público ou ao meio ambiente.

A luz das disposições da Constituição Federal de 1988 (CF) sobre princípios, direitos e garantias fundamentais, julgue o seguinte item.

40. Todo o art. 5º DIREITOS E DEVERES INDIVIDUAIS E COLETIVOS está gravado expressamente como cláusula pétrea na CF, visto que não poderá ser objeto de deliberação a proposta de emenda tendente a abolir este dispositivo.

No que se refere à classificação das Constituições e aos direitos e às garantias fundamentais previstos na Constituição Federal de 1988 (CF), julgue o item a seguir.

- 41.** O alistamento eleitoral e o voto são obrigatórios para todos os brasileiros maiores de 18 anos.

Considerando as disposições da Constituição Federal de 1988 (CF) e a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal (STF), julgue o item seguinte, relativo a noções de direito constitucional.

- 42.** Considera a seguinte situação hipotética. Um deputado sai do Rio de Janeiro a pé numa caminhada reunindo centenas de pessoas. Num determinado momento da caminhada a polícia para o grupo e determina que eles deveriam parar e a reunião não poderia dar continuidade. O deputado foi verificar com sua assessoria qual remédio constitucional caberia naquela ocasião. A referida assessoria respondeu que seria o habeas corpus.

Considerando as disposições da Constituição Federal de 1988 (CF) e a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal (STF), julgue o item seguinte, relativo a noções de direito constitucional.

- 43.** Os direitos fundamentais de primeira geração identificam-se com as liberdades negativas, materializando, segundo a doutrina consolidada, os direitos de liberdade. Tendo como exemplo a igualdade formal que nasce nessa geração.

INFORMÁTICA

Emannuelle Gouveia

- 44.** No Windows 10 e no Windows 11, o recurso Áreas de Trabalho Virtuais permite ao usuário criar múltiplos ambientes de trabalho independentes, nos quais é possível abrir conjuntos diferentes de aplicativos sem que eles apareçam simultaneamente na mesma área de trabalho.

- 45.** No Microsoft Word, a inserção de quebras de seção (em vez de apenas quebras de página) é necessária quando se deseja aplicar formatações diferentes de cabeçalho, rodapé ou orientação de página em partes distintas do mesmo documento.

- 46.** No Microsoft Excel, ao utilizar uma Tabela (Inserir → Tabela), as fórmulas inseridas em uma coluna passam a ser automaticamente replicadas para as demais linhas dessa mesma coluna, mantendo a consistência dos cálculos mesmo quando novos registros são adicionados.

- 47.** Na comparação entre internet, intranet e extranet, é correto afirmar que a extranet corresponde a uma rede privada organizacional que utiliza tecnologias da internet para permitir acesso controlado a usuários externos, como parceiros e fornecedores e o público em geral, enquanto a intranet é restrita apenas aos membros internos da organização.

- 48.** Nos navegadores modernos (como Chrome, Edge e Firefox), o modo de navegação anônima impede completamente que sites, provedores de internet e administradores de rede monitorem a atividade do usuário, garantindo anonimato total na web.

- 49.** Um ransomware é um tipo de malware que, após infectar o sistema, pode criptografar arquivos do usuário e exigir pagamento para a liberação da chave de descriptografia, caracterizando-se por indisponibilizar os dados até que a vítima atenda à exigência do atacante.

- 50.** A utilização da mesma senha em múltiplos serviços online é considerada uma boa prática de segurança da informação, pois facilita o gerenciamento de credenciais e reduz o risco de esquecimento pelo usuário.

LEGISLAÇÃO PREVIDENCIÁRIA*Adriana Menezes*

51. Julgue o item seguinte no que diz respeito à seguridade social.

A seguridade social, nos termos da Constituição Federal de 1988, compreende um conjunto descentralizado de ações destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social.

52. Em relação à assistência social, subsistema da seguridade social, julgue o item seguinte.

A assistência social será prestada a quem dela necessitar, independentemente de contribuição à seguridade social e as ações governamentais nessa área serão realizadas com recursos do orçamento da seguridade social, além de outras fontes.

53. Julgue o item seguinte em relação às políticas de saúde no Brasil.

As ações e serviços públicos de saúde podem ser condicionados ao pagamento de contribuições previdenciárias e ao cumprimento de carência, pois o Sistema Único de Saúde - SUS - integra a Seguridade Social e, por isso, segue a lógica contributiva da previdência social.

54. O aposentado pelo Regime Geral de Previdência Social (RGPS) que voltar a exercer atividade abrangida por esse regime será obrigado a contribuir em relação à nova atividade, dado o caráter contributivo da previdência social.

55. São segurados obrigatórios do Regime Geral de Previdência Social (RGPS), entre outros, o empregado, o empregado doméstico, o contribuinte individual e o trabalhador avulso, ao passo que o segurado facultativo só se filia mediante inscrição e recolhimento, por não exercer atividade remunerada.

56. Analise a situação hipotética apresentada e, em seguida, julgue o item.

Ana começou a contribuir para o RGPS e, após alguns meses, sofreu grave acidente de trânsito, ficando temporariamente incapacitada para o exercício de suas atividades habituais.

Embora Ana não tenha completado 12 contribuições mensais, terá direito ao benefício previdenciário de auxílio por incapacidade temporária, desde que mantenha qualidade de segurada e comprove a incapacidade por mais de 15 dias consecutivos.

57. Quanto aos benefícios previdenciários, julgue o item seguinte.

O auxílio-acidente é devido apenas quando a redução da capacidade laborativa do segurado decorrer das sequelas produzidas por acidente de trabalho, não sendo possível sua concessão se a lesão tiver origem em acidente comum.

58. Analise e julgue o item subsequente.

No Regime Geral de Previdência Social (RGPS), conceitua-se como período de graça, o período em que a pessoa física mantém a qualidade de segurada, independentemente de contribuições, cumpridas as condições impostas pela legislação previdenciária.

59. A perda da qualidade de segurado perante o RGPS importa, necessariamente, na perda do direito à aposentadoria, ainda que já preenchidos todos os requisitos para sua concessão.

60. Situação hipotética: Larissa é servidora titular de cargo efetivo em um município que possui Regime Próprio de Previdência Social. Paralelamente, ela ministra aulas particulares de matemática e contribui como contribuinte individual ao RGPS. Em regra, ela pode manter vínculos contributivos simultâneos (RPPS e RGPS) pelas atividades distintas, com possibilidade de benefícios em cada regime, observadas as regras de cada um.

61. O segurado especial não perderá o seu enquadramento junto ao RGPS se obtiver renda decorrente do exercício de atividade turística no imóvel rural, incluindo o fornecimento de hospedagem rústica, por período de 90 dias ao ano.

62. No Regime Geral de Previdência Social (RGPS), o benefício da pensão por morte devido aos dependentes do segurado independe de carência, mas exige a comprovação da qualidade de segurado do falecido na data do óbito, salvo hipóteses legais específicas.

63. O aposentado pelo RGPS que retorna à atividade remunerada fará jus a salário-família e reabilitação profissional, quando empregados.

64. Analise a situação hipotética apresentada e julgue o item subsequente.

Júlia, 20 anos, não trabalha nem exerce qualquer atividade remunerada, mas quer contribuir para o INSS para ter proteção previdenciária.

Nesse caso, ela poderá se filiar ao RGPS como segurada facultativa, desde que se inscreva e recolha a primeira contribuição sem atraso. Sua contribuição previdenciária incidirá sobre o salário de contribuição por ela escolhido, observando os limites mínimo e máximo estabelecidos pela legislação de custeio.

65. Julgue o item seguinte acerca do benefício de pensão por morte devida aos dependentes do RGPS.

A pensão por morte paga pelo RGPS será sempre vitalícia ao cônjuge ou companheiro sobrevivente, independentemente da idade ou do tempo de contribuição do segurado falecido.

66. Julgue o item subsequente que dispõe sobre o benefício de auxílio-reclusão.

O auxílio-reclusão é devido aos dependentes do segurado do Regime Geral de Previdência Social recolhido à prisão, e seu cabimento depende, entre outros pontos, de o segurado estar em regime fechado (conforme disciplina legal vigente), de ser segurado de baixa renda e ter cumprido a carência mínima de 24 contribuições mensais, observados os critérios normativos aplicáveis.

67. Diante da situação hipotética, julgue o item seguinte.

Carla, segurada empregada do RGPS recebia auxílio-acidente, mas continuou trabalhando. Quando Carla se aposentar, ela poderá manter o auxílio-acidente acumulado com a aposentadoria, pois são benefícios de naturezas distintas e a lei permite a cumulação.

68. A Constituição Federal de 1988 veda a adoção de requisitos diferenciados para a concessão de benefícios do RGPS, exceto no caso de aposentadoria em favor dos segurados com deficiência ou cujas atividades sejam exercidas sob exposição efetiva a agentes químicos, físicos, biológicos prejudiciais à saúde ou associação desses agentes, possibilitando a previsão de idade e tempo de contribuição distintos da regra geral adotada, nos termos da lei.

- 69.** Ao ter estabelecido que o benefício de salário-família é devido apenas aos segurados empregado, empregado doméstico e trabalhador avulso de baixa renda, o legislador constituinte aplicou o princípio da seletividade e distributividade na prestação dos benefícios e serviços.
- 70.** Zeca é segurado facultativo do RGPS e encontra-se em gozo de auxílio por incapacidade temporária há 03 anos. Caso Zeca se recupere, seu benefício será cessado e, caso não volte a contribuir após a alta do INSS, o segurado terá mantida seu vínculo com a previdência por até 06 meses.
- 71.** O segurado que estiver em gozo de auxílio por incapacidade temporária e for preso em regime fechado terá o seu benefício suspenso por até 60 dias. Caso sua prisão seja declarada ilegal, ele terá direito de receber as parcelas relativas ao período em que o benefício fora suspenso.
- 72.** Manterá a qualidade de segurado do RGPS por até 12 meses após cessar a segregação aquele que estiver acometido de doença de segregação compulsória. Esse período será prorrogado por mais 12 meses caso o segurado já tenha mais de 120 contribuições ao RGPS.
- 73.** Conforme o entendimento firmado pelo Supremo Tribunal Federal - STF, o período no qual o segurado esteve em gozo do benefício de auxílio por incapacidade temporária será computado para fins de carência, desde que intercalado entre períodos de atividade.
- 74.** Conforme o entendimento firme do STF, o segurado do RGPS não tem direito à desaposentação.
- 75.** Acerca dos benefícios do Regime Geral de Previdência Social (RGPS), julgue o item subsequente.
- A aposentadoria especial devida aos segurados empregado, trabalhador avulso e especial exige comprovação de efetiva exposição a agentes nocivos químicos, físicos ou biológicos, de forma habitual e permanente, não ocasional nem intermitente durante 15, 20 ou 25 anos de contribuição. Poderão se aposentar sem que cumpram idade mínima.
- 76.** Acerca da prescrição e da decadência em direito da previdência social, julgue o item a seguir.
- É de cinco anos o prazo de decadência do direito ou da ação do segurado ou do beneficiário para a revisão do ato de concessão de benefício, contado do dia primeiro do mês seguinte ao do recebimento da primeira prestação.
- 77.** Situação hipotética: Marcos aos 66 anos de idade nunca contribuiu para o RGPS e se encontra em situação de vulnerabilidade sócio e econômica. Se preencher os requisitos legais, ele poderá acessar proteção da Seguridade Social por meio de benefícios assistenciais, ainda que não tenha recolhido contribuições.
- 78.** Acerca do benefício de prestação continuada da assistência social – BPC-LOAS, julgue o item seguinte.
- O BPC/LOAS pode ser cumulado com pensão por morte, desde que a renda familiar per capita mensal permaneça abaixo do limite legal, porque ambos têm natureza alimentar.

79. No que tange aos benefícios da Assistência Social, julgue o item a seguir.

O pagamento do auxílio-inclusão não será acumulado com o BPC-LOAS nem com qualquer dos benefícios previdenciários, podendo ser recebido cumulativamente com o seguro-desemprego.

80. Julgue o item subsequente acerca do financiamento da seguridade social.

Nos termos do disposto na Lei n. 8.212/91, os valores pagos ou creditados a título de diárias de viagem, bem como os valores recebidos pelo trabalhador a título de alimentação e habitação para trabalhar em canteiro de obras que exija deslocamento e estada, não integram o conceito de salário de contribuição.

81. O segurado especial do RGPS é dispensado do recolhimento de contribuições previdenciárias para fazer jus à aposentadoria por idade rural aos 60 anos de idade, se homem e, aos 55 anos de idade, se mulher.

82. Segundo entendimento firmado pelo Pretório Excelso, é legítima a cobrança de contribuição previdenciária do empregador incidente sobre o valor pago ao empregado a título de terço constitucional de férias, porém não incidirá contribuição a cargo da empresa sobre o valor do benefício de salário-maternidade.

83. Recentemente, o STF firmou entendimento de que a atividade de vigilante, com ou sem arma de fogo, não se caracteriza como especial, para fins de aposentadoria especial com exposição a agentes nocivos.

84. De acordo com o entendimento do Superior Tribunal de Justiça – STJ, não incide contribuição previdenciária sobre a parcela paga a título de aviso prévio indenizado e esse período não poderá ser

computado como tempo de serviço para fins previdenciários.

85. Acerca dos benefícios previdenciários, julgue o item seguinte.

A aposentadoria por idade híbrida será concedida aos trabalhadores rurais que, além de cumprirem os demais requisitos, atendam à idade mínima de 65 anos, se homens e 62 anos, se mulheres.

DIREITO PREVIDENCIÁRIO

Rubens Mauricio

86. Caso Hipotético: Maria é associada a uma cooperativa de produção e nela exerce suas atividades laborais diariamente. **Assertiva:** Maria é segurada obrigatória do RGPS na categoria de contribuinte individual.

87. Caso Hipotético: A empresa "Tecnologia Ltda." contribui regularmente com a cota patronal para a Seguridade Social há 10 anos. **Assertiva:** Em virtude das contribuições vertidas, a pessoa jurídica poderá figurar como beneficiária do RGPS caso enfrente dificuldades financeiras.

88. Caso Hipotético: Pedro faleceu, deixando uma ex-esposa, Cláudia, que recebia pensão alimentícia judicialmente fixada. **Assertiva:** Cláudia concorrerá à pensão por morte em igualdade de condições com os filhos de Pedro.

89. Caso Hipotético: Lucas, segurado do RGPS, faleceu solteiro e sem filhos ou equiparados a filhos. Seus pais, Antônio e Joana, requereram a pensão por morte. **Assertiva:** Por serem ascendentes, a dependência econômica de Antônio e Joana em relação a Lucas é presumida, bastando comprovar o óbito e a filiação.

90. Caso Hipotético: Carlos faleceu deixando um filho de 10 anos e sua mãe, que morava com ele e dependia dele economicamente. **Assertiva:** Havendo o filho habilitado (Classe I), a mãe de Carlos (Classe II) não terá direito à pensão por morte, mesmo provando dependência.

91. Caso Hipotético: Roberto deseja incluir menor sob sua guarda judicial, que não possui bens ou renda, como seu dependente para fins previdenciários. **Assertiva:** O menor sob guarda judicial equipara-se a filho mediante declaração de Roberto e comprovação da dependência econômica.

92. Caso Hipotético: André e Marcos viveram em união estável homoafetiva por 15 anos. Com o falecimento de André, Marcos requereu pensão. **Assertiva:** O pedido deve ser indeferido administrativamente, pois a legislação previdenciária não reconhece companheiros do mesmo sexo como dependentes, exigindo decisão judicial.

93. Caso Hipotético: Júlia, segurada, faleceu. Seu irmão, Pedro, tem 19 anos, não é emancipado e dependia economicamente dela. **Assertiva:** Pedro é considerado dependente (Classe III) e terá direito à pensão, desde que comprove a dependência econômica e não haja dependentes das classes I e II.

94. Caso Hipotético: Ricardo, dependente de seu pai, foi condenado criminalmente, com trânsito em julgado, como autor de homicídio doloso contra o próprio pai (segurado). Ricardo é absolutamente incapaz (menor de 16 anos). **Assertiva:** Devido à condenação, Ricardo será excluído definitivamente da condição de dependente, mesmo sendo absolutamente incapaz.

95. Caso Hipotético: Paulo possui deficiência grave devidamente atestada. **Assertiva:** Para se aposentar por tempo de contribuição (regra da LC 142/2013), Paulo precisará comprovar 25 anos de contribuição, enquanto uma mulher na mesma condição precisaria de 20 anos de contribuição.

96. Caso Hipotético: Patrícia faleceu durante o parto, deixando o filho recém-nascido vivo e seu marido, que também é segurado do RGPS. **Assertiva:** O benefício de salário-maternidade a que Patrícia teria direito cessa com o óbito, não sendo transferível ao pai.

97. Caso Hipotético: Laura, contribuinte individual há apenas 2 meses, descobriu que está grávida. **Assertiva:** Laura terá direito ao salário-maternidade, pois não se exige carência para o salário-maternidade qualquer que seja a categoria do segurado.

98. Caso Hipotético: Jorge, segurado de baixa renda, foi preso em regime fechado e não recebe qualquer remuneração ou benefício. **Assertiva:** Seus dependentes terão direito ao auxílio-reclusão apenas se Jorge tiver cumprido uma carência mínima de 24 contribuições mensais.

99. Caso Hipotético: Durante o recolhimento de Mário à prisão, em regime fechado, nasceu seu filho, Júnior. **Assertiva:** Júnior não terá direito ao auxílio-reclusão, pois a dependência econômica deve ser comprovada anteriormente à data da prisão.

100. Caso Hipotético: Juarez, no seu primeiro dia de trabalho formal, sofreu um acidente de trânsito que o deixou incapaz temporariamente. **Assertiva:** Juarez terá direito ao auxílio por incapacidade temporária, pois a concessão independe de carência em casos de acidente de qualquer natureza.

101. Caso Hipotético: Carla perdeu a qualidade de segurada. Voltou a contribuir para o RGPS e, após 4 meses, adoeceu. **Assertiva:** Para ter direito ao auxílio por incapacidade temporária, Carla deveria ter contribuído por, no mínimo, 12 meses após a nova filiação para recuperar a carência.

102. Caso Hipotético: Um contador está calculando a Renda Mensal Inicial (RMI) de diversos benefícios. **Assertiva:** Ao calcular o Salário-Família e o Salário-Maternidade, ele deve utilizar o salário-de-benefício como base de cálculo.

103. Caso Hipotético: O segurado faleceu em 01/01/2025. Seu filho, de 10 anos de idade, requereu a pensão em 01/06/2025 (5 meses depois). **Assertiva:** O benefício será devido desde a data do óbito, pois o requerimento foi feito dentro do prazo de 180 dias previsto para menores de 16 anos.

104. Caso Hipotético: Afonso, segurado do RGPS, desapareceu há mais de 6 meses e a família obteve uma declaração judicial de ausência e declaração de morte presumida. **Assertiva:** A pensão por morte presumida será devida apenas a contar da data da decisão judicial que declarar a morte presumida.

105. Caso Hipotético: Lucas recebe pensão por morte. Ele completará 21 anos no próximo mês. **Assertiva:** A cota de sua pensão cessará ao completar 21 anos, a menos que ele seja inválido ou tenha deficiência intelectual, mental ou grave.

106. Caso Hipotético: João faleceu de causas naturais, tendo apenas 10 contribuições mensais recolhidas ao INSS. Ele era casado com Maria há 5 anos. Maria não possuía qualquer invalidez ou deficiência. **Assertiva:** A pensão por morte devida a Maria terá duração de apenas 4 meses, independentemente da idade dela.

107. Caso Hipotético: Sônia tinha 43 anos quando seu marido (com todas as carências cumpridas) faleceu em 2024. Eles foram casados por 16 anos. **Assertiva:** Sônia terá direito à pensão por morte vitalícia.

108. Caso Hipotético: José recebe aposentadoria programada concedida em 2023. Sofreu um acidente e ficou com sequelas definitivas que reduziram sua capacidade para a atividade habitual. **Assertiva:** Nesse caso, José poderá acumular o auxílio-acidente com sua aposentadoria.

109. Caso Hipotético: Júlio é segurado facultativo (estudante) e parou de pagar o INSS em janeiro. **Assertiva:** Ele manterá a qualidade de segurado até janeiro do ano seguinte (12 meses).

110. Caso Hipotético: O soldado recruta Silva foi licenciado das Forças Armadas após o serviço militar obrigatório. **Assertiva:** Silva mantém a qualidade de segurado do RGPS por até 3 meses após o licenciamento, mesmo sem contribuir.

111. Caso Hipotético: Roberto, segurado empregado há 8 anos, foi demitido e está desempregado involuntariamente, fato comprovado no SINE (Sistema Nacional de Emprego). **Assertiva:** Roberto poderá ter seu "período de graça" estendido de 12 para 24 meses.

112. Caso Hipotético: Dona Benta completou todos os requisitos para se aposentar, mas parou de pagar o INSS e perdeu a qualidade de segurada antes de requerer o benefício. **Assertiva:** Dona Benta ainda tem direito à aposentadoria, com base no direito adquirido.

113. Caso Hipotético: Lúcia recebe pensão por morte de seu primeiro marido (falecido em 2020). Casou-se novamente e o segundo marido também faleceu (em 2026), ambos do RGPS. **Assertiva:** Lúcia não poderá acumular as duas pensões por morte do RGPS, devendo optar pela mais vantajosa.

114. Caso Hipotético: Beto sofreu um acidente e recebe auxílio-acidente mensalmente há 5 anos, sem realizar novas contribuições. **Assertiva:** Beto mantém a qualidade de segurado indefinidamente enquanto receber o auxílio-acidente.

115. Caso Hipotético: O INSS aplicou o Nexó Técnico Epidemiológico (NTEP) para caracterizar um acidente de trabalho na empresa X. **Assertiva:** A empresa pode recorrer dessa caracterização ao Conselho de Recursos (CRPS), e esse recurso terá efeito suspensivo.

116. Caso Hipotético: O INSS percebeu que concedeu indevidamente um benefício a Mauro há 7 anos (sem má-fé de Mauro). **Assertiva:** O INSS não pode mais anular o ato, pois o prazo decadencial é de 5 anos.

117. Caso Hipotético: Sr. Antônio recebe pensão especial por ter sido atingido pela hanseníase e submetido a isolamento compulsório. **Assertiva:** Ele não poderá receber aposentadoria do RGPS concomitantemente.

118. Caso Hipotético: Pedro, segurado empregado do RGPS, quer pagar contribuições retroativas referentes a um período em que não trabalhou, apenas para aumentar seu tempo total ("tempo fictício"). **Assertiva:** Essa prática é vedada pela legislação previdenciária para fins de a contagem de tempo de contribuição para efeito de concessão dos benefícios previdenciários e de contagem recíproca.

119. Caso Hipotético: Mário quer fazer uma Justificação Administrativa para provar tempo de serviço. **Assertiva:** Ele pode indicar apenas uma testemunha, desde que ela seja muito confiável.

120. Caso Hipotético: Felipe e Mariana se filiaram ao RGPS em 2024 como professores de ensino superior. **Assertiva:** Para a aposentadoria programada, Felipe precisará de 65 anos de idade e Mariana de 62 anos, além do tempo de contribuição exigido.

O QUE VOCÊ ACHOU DESTE SIMULADO?

*Conte-nos como foi sua experiência ao fazer este simulado.
Sua opinião é muito importante para nós!*

<https://forms.gle/3RC8pkHLNAnpSnxQ9>

NÃO É ASSINANTE?

Confira nossos planos, tenha acesso a milhares de cursos e participe gratuitamente dos projetos exclusivos. Clique no link!

<http://estrategi.ac/assinaturas>

CONHEÇA NOSSO SISTEMA DE QUESTÕES

Estratégia Questões nasceu maior do que todos os concorrentes, com mais questões cadastradas e mais soluções por professores. Clique no link e conheça!

<http://estrategi.ac/ok1zt0>
